

ANO I • EDIÇÃO ESPECIAL



Ação Conjunta

Revista informativa da UNSP/MG • União Nacional dos Servidores Públicos Civis de Minas Gerais



UNSP-MG

traz as principais ações de suas subsedes
nesse 1º semestre de 2013

A unicidade é o que faz um sindicato **independente e forte!**

Martim dos Santos (presidente da UNSP estadual)



Dedico esta revista às pessoas que, de alguma forma, ensinaram-me a jamais me resignar, a reter na memória todas as vitórias passadas e a lutar no presente por melhorias no futuro. Melhorias na vida e no trabalho dos servidores públicos, nas esferas municipal, estadual e federal e, com os olhos postos no futuro, modificá-lo, com indignação na medida sensata, dentro do que é possível.

O mundo está mudando rapidamente e é necessário que estejamos atentos para acompanhar estas transformações, transpondo obstáculos na defesa dos servidores, ouvindo-os e enfrentando os desafios, com garra e determinação.

Temos lutado incansavelmente por me-

lhores condições de trabalho, melhores salários, capacitação e motivação, trazendo mais dignidade e melhorando a autoestima de todos os servidores, de todas as categorias, sem exceção.

Temos buscado parcerias com associações, entidades sindicais e do setor privado, em consolidação de uma visão de cooperação mútua, todos buscando se beneficiar e aprimorar, trocando conhecimentos e experiências de cada grupo, setor e categoria.

Como servidores públicos, estamos buscando **dignidade, respeito, reconhecimento, valorização financeira e social, melhoria de qualidade de vida** para nossas famílias e de nossos colegas.

Estudamos, prestamos concurso e fomos aprovados, tomamos posse e exercemos nossas atividades, atendendo o cidadão em suas necessidades. “Cidadão” que nós também somos, em busca de educação, saúde, com assistência médica e odontológica de qualidade, segurança nas ruas e em nossos locais de trabalho.

Os governos não estão nos valorizando como deveriam: não realizam concursos, o que provoca sobrecarga de trabalho aos servidores “da ativa”, levando-os a uma jornada exaustiva, a doenças físicas e psíquicas e, conseqüentemente, a afastamentos para tratamento de saúde – o que sobrecarrega, ainda mais, os servidores que ficam, isto sem contar os que aposentam. Há também aqueles que, desesperançosos e descontentes, abandonam o serviço público, buscando reconhecimento nas empresas privadas.

Os governos por muitas vezes não respeitam a constituição e os acordos estabelecidos. É neste momento que o sindicato faz valer sua força, disponibilizando ins-

trumentos para atender as necessidades dos servidores:

Oferecemos assessoria jurídica, defendendo cada servidor, cada categoria, lutando juntos, negociando ou pressionando por soluções. Além disso, participamos de negociações como o Cones (Comitê de Negociação Sindical), que se reúne com a Seplag (Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão) buscando mecanismos de efetivação em crescimento profissional, como plano de carreiras e políticas salariais efetivas de modo a conferir valorização aos servidores. Defendemos também o Ipsemg, que é uma instituição centenária, que pertence ao servidor público estadual que, no momento, está sucateada e mal administrada, com obras intermináveis no HGIP (Hospital Governador Israel Pinheiro).

Para tanto, com intuito de continuar com as empreitadas em favor do funcionalismo público estadual, dependemos de sua participação no sindicato, que não pode andar sozinho. Precisamos saber o que você pensa e o que espera de nós, precisamos de sua colaboração e participação efetiva.

Se você ainda não é sindicalizado, procure-nos! Somando forças é que conquistaremos benefícios, reconhecimentos e os direitos que almejamos. Junte-se a nós nessa caminhada! Venha conhecer a nossa Colônia de Férias, na Fazenda do Baú em Caeté. Comunique-se conosco, pessoalmente, na sede, por telefone ou por e-mail. Acompanhe-nos pelo facebook. Saiba o que a UNSP faz por todos nós.

EXPEDIENTE

Edição e Produção

União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil
Diretoria Regional de Minas Gerais
Av. dos Andradas, 367, Lj. 202 A – Centro -, Belo Horizonte
www.unspmg.org.br

Diretoria

Diretoria Executiva Regional/MG:
Martim dos Santos

Presidente

Washington Lamon Ventura

Vice-Presidente

Diretoria Executiva da subsede Betim:

Rosivaldo Vieira Freitas

Presidente

Diretoria Executiva da subsede Manhuaçu:

Maria Aparecida da Silva Miranda

Presidente

Diretoria Executiva da subsede Manhumirim:

José Simplicio de Santana

Presidente

Diretoria Executiva da subsede Santa Luzia:

Zayne Duarte

Presidente

Diretoria Executiva da subsede Sete Lagoas:

José Gonçalves dos Santos

Presidente

Jornalista Responsável: Naiane Almeida/ MG 14706 JP

Projeto Editorial e Edição:

Naiane Almeida – nalmeidacomunicacao@gmail.com

Redação:

Naiane Almeida e Ass. de Imprensa das Subsedes da UNSP-MG.

Fotos: Naiane Almeida e Arquivo

Ilustração/Charge: Lucas Ribeiro – lucasilustrador@gmail.com

Projeto Gráfico e Diagramação: Rodrigo Melo

Glück • www.gluckbh.com • contato@gluckbh.com

Impressão: Sergraf

Betim se mobiliza

e define estratégias para aprovação da campanha salarial



Mobilização para efetivação de direitos.

Melhor prevenir do que remediar. Aos olhos de alguns servidores pode parecer cedo para abordar o assunto, mas a nova diretoria da UNSP-Betim, desde quando assumiu, já está se movimentando para iniciar a campanha salarial de 2014.

A ideia é garantir, no orçamento municipal que será encaminhado em Outubro, que a reposição inflacionária mais o aumento real sejam incorporados na dotação orçamentária de 2014. “Preferimos trabalhar com planejamento que dar ‘murro em ponta de faca’ e utilizar os servidores para atingir resultados duvidosos ou negativos”, lembrou Rosivaldo – presidente da UNSP-

Subsede Betim.

Segundo ele, a grande prova de que fazer mobilização em cima da hora não funciona é que nenhuma campanha salarial até hoje foi plenamente positiva para servidores de Betim. “Ora a prefeitura alega falta de verba nos cofres, ora alega que os índices negociados pelo movimento sindical não foram contemplados na dotação orçamentária do ano e, por isso, não tem onde tirar verba para cobrir os gastos com funcionalismo, além de alegar que as reivindicações são irreais.”

Por essa razão, os direitos salariais, trabalhistas e sociais, juntamente com a formulação do orçamento do ano de 2014, estão sendo

levados à discussão com a prefeitura e com a Comissão de Defesa dos Direitos dos Servidores na Câmara antes da aprovação do orçamento em outubro.

Vale salientar também outro aspecto importante: a busca por uma unidade do movimento sindical, acabando de vez com a setorização de lutas dos trabalhadores públicos betinenses. “Já que há vários sindicatos em Betim que nos representam por que não juntar forças por um objetivo maior: mobilizar o máximo de trabalhadores para uma campanha salarial com resultados positivos e menos desgastantes. A hora é Agora, companheiro!” - frisou Rosivaldo.

Servidores de Manhuaçu participam de

Caminhada do Trabalhador e reafirmam a participação e o espírito de luta da categoria



Pelo reajuste salarial, elaboração de plano de carreira, insalubridade. Estas foram as reivindicações neste primeiro período de 2013 dos agentes Comunitários de saúde e epidemiológicos que participaram no dia 24 de abril da Caminhada do Trabalhador de Manhuaçu. À época, a categoria cobrou respeito aos direitos, já garantidos pela legislação vigente, mas descumpridos pelo governo municipal

há anos. Liderado pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Manhuaçu (UNSP), na ocasião representada pela diretora regional Gláucia Rocha Mendes, os servidores percorreram as ruas da cidade com faixas e cartazes.

Para a diretoria, caminhadas como essa têm o propósito de mobilizar e chamar atenção do governo para a situação de caos vivenciada pela categoria. “Nós temos que lutar em prol dos tra-

balhadores municipais, reivindicando o que é de direito. Nós encontramos nessa caminhada uma forma de mostrar à população as reivindicações dos servidores”, advertiu Gláucia.

O que é A Caminhada do Trabalhador?

A Caminhada do Trabalhador, que este ano completou sua oitava edição, é um evento organizado e idealizado pelo Movimento Fé e Política da Igreja

Católica de Manhuaçu, com objetivo de sensibilizar os governos e a população quanto à importância de garantir os direitos dos trabalhadores. Condições dignas de trabalho repercutirão, positivamente, na qualidade dos serviços prestados à sociedade. A cada ano a caminhada tem abordado diferentes temas e, neste 2013, trabalhou com o tema “A juventude transforma. Acredite!”

O sindicato é uma instituição de defesa do trabalhador e não uma ferramenta de politicagem

A UNSP Manhuaçu teve seu nome envolvido em especulações caluniosas e políticas, causando grandes danos à seriedade do trabalho prestado junto aos seus filiados. Por esse motivo, a diretoria da UNSP Regional de Manhuaçu vem a público deixar claro que não está a favor ou contra qualquer governo das cidades assistidas pela regional. **O sindicato busca somente aquilo que for de melhor e de direito para seus filiados.**

As reuniões pós-expedientes realizadas na Prefeitura de Manhuaçu

Pela primeira vez em muitos anos, a Prefeitura Municipal de Manhuaçu reconheceu a UNSP como representante dos servidores públicos municipal e aceitou abrir negociações sobre reajuste dos seus salários e benefícios, uma vez que o salário já estava defasado (fato que se acentuou após o reajuste do salário mínimo em 9% pelo governo federal).

Nessa esteira, a convite do Executivo, a UNSP levou para um encontro no Espaço Municipal uma comissão formada por representantes dos agentes comunitários de saúde, professores e demais servidores para tratar da política salarial.

Durante esta reunião o prefeito apresentou uma proposta para revisão salarial de 6,2% para aqueles em que a remuneração fosse acima do salário mínimo. Ainda

segundo o prefeito, a revisão acima desta margem excederia o limite de 54% da folha de pagamento, limite este estipulado pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com a proposta da Prefeitura em mão, a UNSP convocou todos os filiados e, em assembleia (AGE), contando com a presença de alguns vereadores, apresentou a proposta do Executivo à plenária em que todos os servidores poderiam receber o reajuste de 6,2%. Entretanto, alguns professores procuraram de forma individual outros vereadores para negociar um reajuste para a categoria e propor uma emenda, solicitando um reajuste diferenciado para os professores.

Durante a reunião extraordinária realizada pela Câmara Municipal, que discutiu o projeto de lei (PL) que tratava do reajuste dos servidores, a UNSP se manifestou durante a plenária que era de consenso entre os filiados o reajuste de 6,2% a todos os servidores, e que a Casa não votasse a favor da emenda. Mesmo sob o apelo da UNSP, a emenda ao projeto, pugnando um reajuste de 7,97% foi aprovada então pelos vereadores e enviado para aprovação da Prefeitura.

O veto do Executivo

A emenda proposta pelo Legislativo gerou erros graves ao PL: dois índices diferentes de reajuste no mesmo projeto, além de conceder reajuste a todos os servidores

da educação e não só aos professores, infringindo assim a legislação federal. Com isso, o então PL foi julgado inconstitucional e vetado pela Prefeitura.

Como a colocação da UNSP foi distorcida por terceiros, foi convocada novamente uma AGE, em que a UNSP deixou - bem claro - que não teve e não tem intenção alguma de prejudicar os professores, mas que para aquele momento o melhor para todos os servidores era que a Câmara Municipal acatasse o veto da Prefeitura, com objetivo de assegurar o reajuste de 6,2% a todos os servidores, inclusive aos professores.

Para garantir o reajuste almejado pelos professores, a UNSP de Manhuaçu, em nova reunião com o prefeito, assegurou por meio de registro em ata o compromisso de um novo PL, que contemplasse a correção salarial da categoria. Por esse motivo, ficou definido - em comum acordo entre servidores e vereadores - o apoio coletivo ao veto da prefeitura. O Legislativo acatou o veto do Executivo e assegurou assim o reajuste de 6,2% a todos os servidores municipais.

A UNSP- subsede Manhuaçu repudia as atitudes de terceiros que manipularam e distorceram ações e opiniões desta **instituição**, de suas diretorias e demais membros e ratifica seu papel de edificar uma instituição idônea, responsável e transparente.

1º Encontro de Agradecimento a Deus celebra ações empreendidas pela UNSP em prol do servidor



Diretoria da UNSP Estadual no 1º Encontro de Agradecimento a Deus

Lutar para fortalecer a luta da UNSP e, principalmente, agradecer a Deus pelas graças alcançadas. Este foi o clima do 1º Encontro de Agradecimento a Deus, realizado no dia 9/5/2013, na Colônia de Férias da UNSP, em Caeté. Vários servidores e suas famílias, de diversas regionais do Estado, compartilharam do momento com muita fé, alegria e descontração. O evento contou com a presença do fenômeno da música gospel, Matos Nascimento.

Nessa Nova gestão, a UNSP, por acreditar fervorosamente no seu papel estimulador para abertura da administração pública à transparência dos recursos destinados aos órgãos nas esfe-

ras municipal, estadual e federal conseguiu o retorno do código estadual (acerca dos descontos dos servidores estaduais); a suspensão da penhora da Colônia de Férias de Caeté; regularização do pagamento dos funcionários da UNSP, bem como representação efetiva e legítima em todos os setores da administração pública.

A UNSP continuará lutando veementemente por uma política de recursos humanos para os servidores com foco na valorização contínua e no desenvolvimento do servidor. Para isso, buscará fortalecer junto à administração um modelo de gestão de pessoas baseado em competências.



Subsede de Manhumirim busca soluções junto à prefeitura para reivindicações de servidores

Dentre elas, a necessidade do uso do equipamento de proteção individual (EPI), a situação dos agentes comunitários e hora extra para motoristas da saúde

Tanto na gestão anterior como na atual, UNSP- Manhumirim tem verificado a negligência do município quanto ao uso pelos servidores municipais dos EPIS (óculos, máscaras, botas e roupas adequadas). Já houve registros de morte de servidor municipal por inobservância da lei: falta de EPI, despreparo para a função e até mesmo desvio de função. O município foi processado, perdeu a ação que virou

precatório e até hoje não pagou a família da vítima. Devemos evitar que tais fatos aconteçam. Por isso, a diretoria de Manhumirim exigiu uma solução da prefeitura e também da Câmara de Vereadores, mas até o momento nada foi feito. “Afinal, UNSP- Manhumirim reforça que o uso dos EPIS é obrigatório. Não se trata de enfeite, mas da segurança do servidor. Alguns procedimentos podem evitar doenças e salvar vidas”, advertiu José Simplício.

Além da falta de equipamentos de proteção individual (EPIS) para o exercício da atividade, os agentes comunitários reclamaram que estavam sendo desviados de suas funções. Realizaram limpeza de salas, banheiros e outras similares, com prejuízo ao exercício da atividade principal – visita familiar para detectar e acompanhar a saúde da família, conforme prevê a Lei. Em razão desses fatos, a UNSP fez uma denúncia ao Mi-

nistério Público, que, em resposta, por meio do ofício Nº 080/2013 – 2ª PJM, noticiou a abertura de sindicância para averiguar irregularidades cometidas pela Secretaria de Saúde Municipal de Manhumirim. A partir dessa sindicância, os agentes passaram a receber o piso. Agora, a UNSP por meio do seu departamento Jurídico, acionará a Justiça para que esses servidores possam receber os retroativos.

UNSP

Manhumirim requer Horas extras para motoristas da saúde

O Sindicato UNSP- subsede Manhumirim e os motoristas da saúde se reuniram no primeiro semestre com a prefeita Darci Braga para buscar solução acerca do excedente de horas extras não pagas pelo município desde as gestões anteriores. Até o fechamento dessa edição a UNSP não obteve proposta da prefeita. Por esse motivo, o Sindicato autorizou o ajuizamento de ação por meio do advogado Fauzzi Gazel, com objetivo de obter declaração judicial quanto aos valores devidos aos servidores a título de horas extras excedentes ao teto fixado na legislação municipal vigente (60 horas extras mensais).

Importante saber...

De acordo com a legislação municipal, o prefeito só pode pagar 60 horas extras mensais. No entanto, isso tem gerado um descontentamento, pois o motorista inicia o trabalho de manhã e só volta tarde da noite, ficando à disposição do serviço às vezes por mais de 15 horas.

O objetivo do sindicato é buscar um acordo sobre esta questão: criação de um banco de horas com pagamento em folgas ou mesmo a compensação em dinheiro seria a solução. Esta reivindicação é justa, considerando que o vencimento-base dos motoristas da saúde É UMA VERGONHA: APENAS UM SALÁRIO MÍNIMO.

Conheça a diretoria da Subsede de Manhumirim

- José Simplício de Santana
- João Batista de Sena
- Raimundo José de Miranda
- Marinelse Milião Portugal
- Renaldo de Freitas Mendes
- Alonso Luiz Gonçalves
- Rita Cristina do Nascimento
- José Pedro Rocha
- Deuzimar Verdigal da Silva
- Michela Luzia Gomes
- Maria José Gamito

A cada servidor o nosso abraço. Estamos sempre com você. Trabalhamos com sinceridade e com ética.

cobra providências, mas prefeitura não faz acordo

Durante o primeiro semestre deste ano, a presidente Zayne Duarte, à frente da UNSP-subsele Santa Luzia, enviou uma carta ao prefeito de Santa Luzia como forma de cobrar melhores condições de trabalho para os servidores. Nela, Zayne pede ao prefeito que ele cumpra as palavras empenhadas na sua campanha eleitoral, de conceder reajuste com base na inflação de 12 meses e aumento real que compense perdas acumuladas, além de “criar sistema de motivação e reconhecimento no serviço público” e adotar em 2013, “medidas para valorizar e resgatar o moral do funcionalismo público municipal”. Além de “dar oportunidades de crescimento ao servidor e um sistema de promoções por merecimento”, “nossa reivindicação é de que o índice inflacionário anual seja aplicado aos salários a partir do ano de 2006, com aumento salarial efetivo de 7%. Temos também outros pontos econômicos e

sociais, mas esses são os básicos”, frisou Zayne.

Na carta, Zayne fala do último aumento salarial do servidor que aconteceu no final de 2005. De lá pra cá, segundo Zayne, todos os preços de produtos aumentaram e consumiram o poder aquisitivo do servidor público. “Os custos da cesta-básica, combustíveis, passagens de ônibus, alimentos, produtos de limpeza, serviços e, pior de todos, aluguel, não podem ser enfrentados sem um reajuste condizente com o tempo que o servidor está sem aumento salarial e sem reajuste nenhum”, cobrou Zayne.

Zayne relatou também na carta enviada ao prefeito que dezenas de servidores moram de favor com parentes, ou em lugares inadequados, cada vez mais distantes dos locais de trabalho, inclusive em cidades vizinhas. Muitos servidores, diante dos baixos salários, acabam fazendo bicos fora da jornada de trabalho, gerando com isso uma so-

brecarga pessoal e uma queda no rendimento laboral.

A presidente da UNSP-MG Santa Luzia diz que o objetivo não é causar transtornos aos serviços públicos, mas sim, defender os serviços prestados pelos servidores. “Desejamos e defendemos que esses serviços sejam cada vez melhores, mas para isso acontecer o funcionalismo precisa ser respeitado e remunerado dignamente.”

Até o fechamento desta edição, a UNSP Santa Luzia continua sem resposta. Em julho, a UNSP – subsele Santa Luzia foi à prefeitura para discutir a questão da guarda municipal e o prefeito não aceitou que o sindicato entrasse, sob argumentação de que só negocia direto com o servidor. A estratégia do prefeito foi acolhida pelos servidores da guarda municipal, que optaram por deixar o sindicato fora do processo de negociação. Resultado: ausência de acordo e objetividade na postulação das reivindicações.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SANTA LUZIA/MG

- Plano de recuperação dos salários dos servidores a partir de 2006, com reajustes anuais progressivos seguindo a tabela do NIPC totalizando 41% (quarenta e um por cento) de reajuste.

- Aumento salarial de acordo com a projeção da inflação, pelo INPC, acumulado no período de abril/2012 a abril/2013, de cerca de 7% (sete por cento).

- Plano de Carreira, com definição de cargos e salários.

- Programa de desempenho.

- Biênio de 5% (cinco por cento): 2,5% do biênio + 2,5% de avaliação de desempenho.

- Eleição direta para o IMPAS e participação do servidor nas suas decisões.

- Reunião com o sindicato e um servidor efetivo de cada setor, para que sejam intermediários entre a prefeitura e demais servidores.

Ampliação dos benefícios e melhoria das condições de trabalho dos servidores:

- Capacitação/formação para o servidor, em horário compatível com o do trabalho.

- Divulgação clara sobre os cursos permitidos para progressão.

- Ticket refeição, para os que atuam longe da residência ou em trânsito.

- Cesta básica para o servidor.

- Creche para os filhos dos servidores que tenham até a idade de 05 anos.

- Segurança ao servidor no local do trabalho ou em decorrência dele.

- Reestruturação da Secretaria Municipal Saúde, com a implementação de programas de saúde ocupacional, tais como lian gong, ginástica laboral, etc.

- Criação de uma unidade de atendimento médico no centro administrativo, durante o horário de funcionamento do mesmo, com um médico clínico e um auxiliar de enfermagem, para atender os servidores.

- Implantação urgente dos EPI para a guarda municipal.

- Prova de seleção para inspetor e subcomandante.

- Concurso público para preenchimento das vagas na Prefeitura.

- Comunicação eficiente, da administração pública para todos os servidores, trazendo informação ampla e clara, para que todos possam desenvolver a contento suas funções, incluindo esclarecimentos sobre como deve ser a utilização do setor da ouvidoria pelo servidor.

Sete Lagoas pressiona

e consegue apresentar pauta de reivindicações à prefeitura

Apesar das dificuldades com a administração pública em incluir a pauta da UNSP subsele Sete Lagoas neste primeiro semestre de 2013, a diretoria da UNSP cercou por todos os lados e conseguiu apresentar a sua pauta de reivindicações à prefeitura. Veja:

***reivindicação de uma reforma administrativa de todo os setores públicos.**

***volta do vale alimentação para todos os servidores.**

***discutir e pedir a aprovação na câmara de vereadores do plano cargo e salários.**

***ampliar na cidade Prudente de Morais o núcleo de base do servidor público desta cidade.**

Contudo, até o fechamento desta edição, a prefeitura de Sete lagoas não havia se pronunciado em relação à pauta de reivindicação.

Servidor! É preciso que vocês se mantenham mobilizados, buscando

apoio dos vereadores por meio de ofícios e e-mails, solicitando-lhes aprovação do plano de cargo e salários.

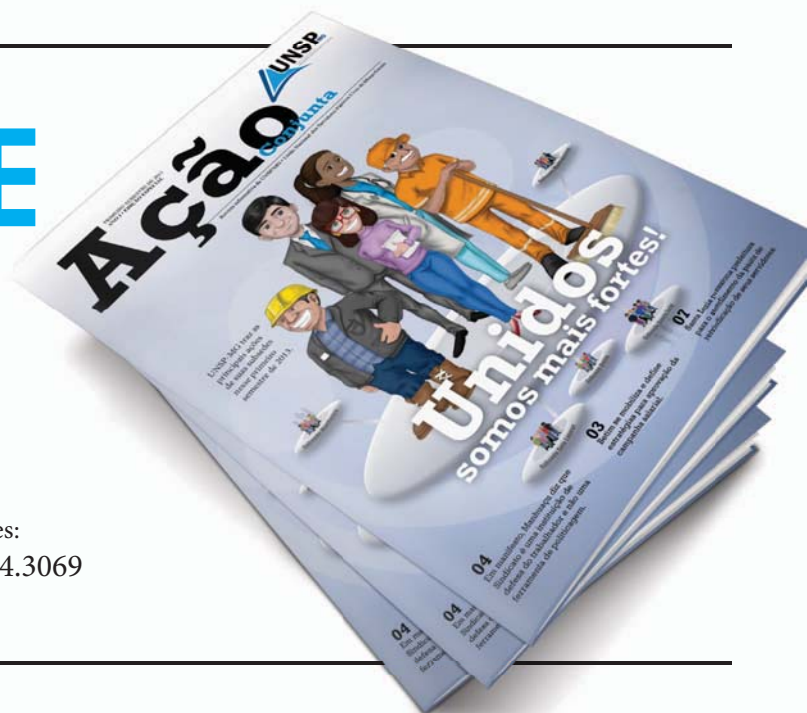
Concomitantemente a isso, a UNSP subsele Sete Lagoas continuará acompanhando todas as ações da prefeitura e manterá a categoria informada. Esta, por sua vez, deverá permanecer em constante estado de mobilização em defesa de seus interesses.

A hora é agora! Unidos somos mais fortes.

ANUNCIE AQUI

Anuncie na Revista
Ação Conjunta da UNSP!

Para mais informações por meio dos telefones:
(31) 9133.2180 / (31) 3327.2300 / (31) 3214.3069



Colônia de Férias da UNSP - MG

Com uma mega infraestrutura, o clube da UNSP em Caeté conta com piscinas, campo de futebol, quadra de areia e de peteca, trilha, churrasqueiras, saunas feminina e masculina, restaurante, além chalés e apartamentos para hospedagem.



Venha fazer parte do clube da
UNSP, filie-se ao nosso Sindicato!